

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 com Relatório dos Auditores Independentes



Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	. 3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	. 6
Demonstrações do resultado	. 8
Demonstrações do resultado abrangente	. 0
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Rua Castilho, 392 - 4º Andar Brooklin - São Paulo - SP CEP 04568-010 São Paulo - Brasil T: +5511 5102-2510

www.bakertillybr.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Paulista Geradora de Energia S.A.** São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Paulista Geradora de Energia S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Paulista Geradora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 17 de janeiro de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da **Paulista Geradora de Energia S.A.**, que ora estão sendo reapresentadas. As referidas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir melhorias na nota explicativa nº 5 e reclassificação na demonstração do fluxo de caixa. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras foram reapresentadas contendo apenas melhorias de divulgação de notas explicativas e reclassificação não material para o conjunto das demonstrações financeiras.



Ênfase - Continuidade operacional

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e a continuidade de suas operações depende de suporte financeiro a ser obtido de seus acionistas ou de terceiros para a construção do projeto celebrado com a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo) conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas operações e nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	41	14
Total do ativo circulante		41	14
Não circulante			
Imobilizado	4	5.580	5.536
Total do ativo não circulante		5.580	5.536
		5.621	5.550
Total do ativo			

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2019	2018
Circulante Obrigações tributárias	-	1	-
Partes relacionadas	5		363
Total do passivo circulante		1	363
Patrimônio líquido			
Capital social	7	8.679	8.679
Capital social a integralizar	7	(1.525)	(2.438)
Prejuízos acumulados	7	(1.534)	(1.054)
Total do patrimônio líquido		5.620	5.187
Total do passivo e patrimônio líquido		5.621	5.550

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018
Receitas/(despesas) operacionais:			
Gerais, administrativas e comerciais	9	(405)	(440)
Outras despesas operacionais	=	(9)	(9)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(414)	(449)
Despesas financeiras	-	(66)	-
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(480)	(449)
Imposto de renda e contribuição social	8	-	-
Prejuízo do exercício		(480)	(449)
Resultado líquido por ação (LPA)		(0,000055)	(0,000052)

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(480)	(449)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	(480)	(449)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio Iíquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		8.679	(2.648)	(909)	5.426
Integralização de capital social Prejuízo do exercício	1 1		210	- (449)	210 (449)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		8.679	(2.438)	(1.054)	5.187
Integralização de capital social Prejuízo do exercício	۲ -	1 1	913	- (480)	913 (480)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		8.679	(1.525)	(1.534)	5.620

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	_	
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	(480)	(449)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades		
geradas pelas atividades operacionais:		
Despesas gerais e administrativas	380	-
Despesas financeiras	66	-
Baixa de adiantamentos - Ativo imobilizado	4	-
Aumento de passivo:		
Obrigações tributárias	1	(32)
Partes relacionadas	-	363
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(29)	(118)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de ativo imobilizado	(48)	(99)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(48)	(99)
Das atividades de financiamento com sócios e parte relacionadas		
Aumento/Integralização de capital social	104	210
Fluxo caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com sócios e		
partes relacionadas	104	210
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	27	(7)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	14	21
No final do exercício	41	14
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	27	(7)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Paulista Geradora de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade e estado de São Paulo, e tem por objetivo: (i) Implantação e exploração comercial de potenciais de Geração de Energia Elétrica, incluindo as CGH's Guaraú e Vertedouro da Cascata; (ii) Geração de energia elétrica em centrais e usinas, incluindo as CGHs Guaraú e Vertedouro da Cascata; (iii) Locação, comodato e arrendamento de ativos próprios ou de terceiros; (iv) Operação e manutenção de plantas de geração de energia; e (v) Participação em outras empresas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui estudo de viabilidade para o seguinte projeto:

a) Resoluções autorizativas

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração de potenciais hidráulicos denominados Usinas Hidrelétricas Guaraú e Cascata para exploração de serviços e instalações de energia elétrica por meio das Pequenas Centrais Hidrelétricas (CGH Guaraú e CGH Cascata). O prazo de autorização é de 30 anos contados a partir das publicações das respectivas Resoluções, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ou a pedido da autorizada. O detalhamento das Resoluções concedidas pela ANEEL, pode ser representado por:

CGH	Resolução ANEEL	Capacidade instalada	Data da publicação
GUARAU	402/2000, alterada pela	4.190 KW	18 de outubro de 2000 / 18 de
	resolução 4.166/2013		junho de 2013
CASCATA	405/2000, alterada pela	3.900 KW	18 de outubro de 2000 / 18 de
	resolução 4.186/2013		junho de 2013

Em 01 de dezembro de 2014, foi firmado entre a Companhia e/ou Concessionária e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp e/ou Concedente), o instrumento particular de concessão de direito real de uso e concessão de uso de imóveis para exploração comercial dos potenciais hidráulicos, por parte da Concessionária nas localidades de Guaraú e Vertedouro de Cascatas, ambas pertencentes ao sistema Cantareira, para o aproveitamento energético, mediante autorização da ANEEL. A execução das edificações necessárias à instalação e funcionamento das CGHs serão de responsabilidade da Concessionária e ao término do prazo de concessão, todas as edificações, acessões, obras, reformas, adaptações e benfeitorias serão transferidas à Concedente. Em 13 de dezembro de 2019 a Companhia firmou um processo de compra com a Telefônica, referente a dois contratos de fornecimento de 100% da energia produzida nas subsidiarias Guaraú e Cascata, que deverão ser assinados em fevereiro de 2020.

A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de um determinado grupo empresarial, utilizando-se de ou fornecendo para, estrutura de empresas ligadas especificamente relativos à atividade de gestão, operação e administração dos negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade de a Companhia dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas e foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 22 de abril de 2020.

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Uso de estimativas

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa, periódica e tempestivamente, estas estimativas e suas premissas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos.

Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

Ajuste a Valor Presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, quando necessário, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Não existem operações em 31 de dezembro de 2019, sujeitas a aplicação do ajuste a valor presente.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas controladores pelo número médio ponderado de ações durante o exercício.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Novas normas, alterações e interpretações de normas

As principais novas normas contábeis, em vigor e a serem implementadas, relacionadas com as atividades da Companhia, são as seguintes:

- Pronunciamento técnico CPC 47 Trata da receita de contratos com clientes (correlação ao IFRS 15), a qual traz novas abordagens a serem consideradas para a determinação do reconhecimento de receitas. O novo modelo prevê as seguintes etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação da obrigação de desempenho, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação e, por fim, (v) reconhecimento da receita. Esta norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018;
- Pronunciamento técnico CPC 48 Relacionado às operações com instrumentos financeiros (correlação do IFRS 9), no qual, determina três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. Uma das principais mudanças dessa nova norma consiste na definição das perdas futuras esperadas considerando as possíveis perdas de crédito e da probabilidade de inadimplência. Essas avaliações devem levar em consideração os riscos de realização dos respectivos créditos no seu reconhecimento inicial. Esta norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018;

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

Novas normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

• Pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Relacionado às operações de arrendamento mercantil, cuja vigência será a partir de 1º de janeiro de 2019. Os ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente e registrados no ativo como bens de direito de uso e no passivo como obrigações de arrendamento mercantil. Os bens arrendados serão depreciados pelo método linear, considerando o prazo do arrendamento ou pela vida útil do ativo, sendo a escolha pelo menor período.

Referidos pronunciamentos ainda não foram incorporados às práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). A Companhia aguarda as referidas alterações para avaliação dos impactos, caso haja.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Bancos conta movimento	41	14

4. Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado, podem ser representada por:

	2019	2018
Gastos com implantação	3.410	3.366
Terreno (Sabesp) (a)	2.170	2.170
Total	5,580	5,536

Movimentação do imobilizado

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.437
(+) Adição	99
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.536
(+) Adição	48
(-) Baixa	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5,580

(a) Em 13 de abril de 2015, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("Sabesp"), subscreveu e integralizou novas ações na Companhia, por meio de concessão do direito real de uso das localidades (áreas) dos sistemas Guaraú e Cascata;

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Partes relacionadas

O saldo a pagar de partes relacionadas de 31 de dezembro de 2018, refere-se ao rateio de diversas despesas operacionais absorvidas pelas sócias e que deverão ser reembolsadas pela Companhia.

O contrato prevê prazo de pagamento todo dia 10 do mês subsequente à despesa devida e incidência de multa de 2% e juros de mora equivalente a 1% ao mês em caso de atraso.

	2019	2018
Servtec Investimentos e Participações Ltda.	-	183
Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda.		180
	<u> </u>	363

Em 01 de agosto de 2019 a Companhia realizou a integralização de capital social do montante de R\$ 363 referente a despesas de compartilhamento do ano de 2018.

No ano de 2019 as despesas compartilhadas somaram R\$ 446, também integralizadas ao capital social. Em 2019, houve ainda a integralização de R\$ 104 em espécie, para fazer frente a demais gastos da Companhia. Portanto, o valor total de capital social integralizado em 2019, foi de R\$ 913.

6. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, movidos contra a Companhia, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como provável ou possível.

7. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 8.679, e está representado por 8.679.040 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2019, houve a integralização de R\$ 913 pelas acionistas Servtec Investimentos e Participações Ltda. e Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda., sendo que parte do montante se trata da conversão do montante a pagar para as empresas ligadas, referente ao capital a integralizar, restando um saldo de R\$ 1.525 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.438 em 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Patrimônio líquido--Continuação

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social.

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O lucro líquido, quando existir, após as deduções, reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Companhia julgar necessárias para sua segurança, terão a destinação que for determinada por deliberação dos acionistas.

8. Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:

Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(480)	(449)	
(+) Outras adições e exclusões	· · ·	` -	
Lucro real	(480)	(449)	_
			_
(=) Imposto de renda e contribuição social	<u> </u>	-	
			_

Créditos fiscais acumulados

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social sobre o resultado do exercício era de, aproximadamente, R\$ 1.171, o que representa um crédito de imposto de renda e contribuição social que somam um montante aproximado de R\$ 398, cujos efeitos não foram registrados nestas demonstrações financeiras, devido ao não atendimento de todas as orientações técnicas previstas no pronunciamento contábil CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	2019	2018
Serviços de consultoria e engenharia	(154)	(146)
Serviços de terceiros (serviços advocatícios, contábeis e outros)	(99)	(104)
Aluguel	(63)	(60)
Publicidade e propaganda	-	(45)
Energia e telefonia	(23)	(22)
Viagens, pedágios e estacionamento	(23)	(22)
Condomínio	(18)	(17)
Outras despesas	(25)	(24)
	(405)	(440)

Em 02 de janeiro de 2018 a Companhia firmou contratos de compartilhamento de despesas com as sócias Servtec Investimentos e Participações Ltda. e Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda. Nos referidos contratos ficou acordado que a Companhia irá reembolsar a cada sócia um montante mensal de R\$ 15, referente a rateio de despesas de funcionários, bens e serviços. Os contratos apresentados foram formalizados somente entre a Companhia, Servtec e Tecniplan. Adicionalmente, o estatuto da Companhia, mas especificamente o acordo dos acionistas, prevê que quaisquer atos jurídicos de valor até R\$ 50, mesmo que não previsto no plano de negócios, podem ser aprovados pela diretoria da Companhia.

10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringemse às aplicações financeiras de curto prazo (aplicação automática), em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

• Bancos e aplicações financeiras: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2019, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Risco operacional

A Companhia está em fase de estudo e pesquisa para início de suas operações. A performance das operações poderá estar sujeita às condições do mercado, economia e indústria, mediante a estruturação do acordo futuro para fornecimento de energia.